

Marcello Felisberto Moraes de Assunção
(Org.)

AO SUL DO ATLÂNTICO NEGRO

Interpelações Decoloniais/Afrodiaspóricas
ao campo das Relações Internacionais



Têm se tornado cada vez mais evidente a franca “decadência disciplinar” da forma tradicional ao qual o habitus escolástico produziu os saberes nas universidades ocidentais/-neoliberais. Entre tantas questões a criarem limites entre a oxigenação deste espaço e os seus limites estruturais está a chamada “questão racial” e as suas diversas “intersecções” (gênero, classe, sexualidades, região, etc.). Por muito tempo essa discussão ficou relegada à campos muito estritos como a sociologia/ antropologia é sempre sobre o paradigma do “negro-objeto”. Essa chave de leitura fez com que de um lado os negros fossem os únicos objetos de estudo da “teoria crítica da raça” e ao mesmo tempo condicionou a leitura desses processos a corporeidade do sujeito clássico à ocupar as cátedras universitárias e campos culturais: o branco, masculino, oriundo de classes abastadas e heterossexual. A trajetória do centramento dos saberes/ conhecimentos nesse falso universalismo tem origem em um determinado momento/período histórico: a invenção do ocidente por meio da sua expansão político e militar que se desdobra na produção da mundialização capitalista racializada a partir do que Immanuel Wallerstein referiu-se como o “longo século XVI” (1450-1650). O pensamento afrodiaspórico e a teoria decolonial latino-americana se debruçaram – através de diferentes ângulos, propostas e conceitos – exatamente nas formas aos quais esse processo de expansão capitalista por meio de um “sistema atlântico” teve o racial não só como um apêndice desse processo histórico, mas como categoria mestre da organização do mundo moderno. Está problemática tem uma profunda relação com as reformulações das disciplinas, em franca decadência disciplinar, é que tem sido afrontadas pelos sujeitos racializados que ao entrarem nos espaços hegemônicos, e tradicionalmente exclusivos de uma certa elite branca, confrontam as ementas/ planos de curso propondo outras formas de ver/ sentir/ interpretar o mundo por meio da categoria do “racial”. As ações afirmativas na graduação e pós-graduação foram fundamentais para revitalizarem o corpo discente (com pessoas negras/ periféricas) que mobilizou a universidade a rever os parâmetros de conhecimento, abalando parte do imenso iceberg da “ignorância branca” que funda as suas bases. O campo das Relações Internacionais está profundamente imbricado à este processo de reformulação dos currículos e de tensionamento da supremacia racial branca ao qual experienciamos no ambiente universitário brasileiro e ao qual este livro busca desvendar, ofertando alguns possíveis caminhos desviantes em relação ao cânone hegemônico.



editora *fi*.org



AO SUL DO ATLÂNTICO NEGRO



SÉRIE

revista de teoria da história

Diretor da série:

Prof. Dr. Marcello Felisberto Morais de Assunção (UFRGS)

Comitê científico ou editorial da série:

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vilela (UFG)

Prof. Dr. Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite (UFES)

Prof. Dr. Breno Mendes (UFG)

Me. Elbio R. Quinta Jr. (UFG)

Dr. Fernanda R. Miranda (DLCV-USP)

Prof.^a Dr.^a Géssica Góes Guimarães Gaio (UERJ)

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento (UFMS)

Prof. Dr. Manoel Gustavo de Souza Neto (UEG)

Prof.^a Dr.^a Mariana de Moraes Silveira (UFMG)

Me. Murilo Gonçalves (UFG)

Me. Sabrina Costa Braga (UFG)

Prof. Dr. Thiago Lenine Tito Tolentino (UFU)

Prof. Dr. Ulisses do Valle (UFG)

Prof.^a Dr.^a Walkiria Oliveira Silva (UNB)

AO SUL DO ATLÂNTICO NEGRO

INTERPELAÇÕES DECOLONIAIS/AFRODIASPÓRICAS
AO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Organizadores

Marcello Felisberto Moraes de Assunção



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S949 Ao sul do Atlântico negro: interpelações decoloniais/afrodiaspóricas ao campo das relações internacionais [recurso eletrônico] / Marcello Felisberto Moraes de Assunção (orgs.). Cachoeirinha : Fi, 2023.

315p.

ISBN 978-65-85725-56-9

DOI 10.22350/9786585725569

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Relações internacionais – Afrodiáspora – Colônias. I. Assunção, Marcello Felisberto Moraes de.

CDU 327:930(6)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**

INTERPELAÇÕES DECOLONIAIS/AFRODIASPÓRICAS AO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Marcello Felisberto Moraes de Assunção

PARTE I **DE(S)COLONIZANDO O CAMPO DAS RI'S**

1 **19**

ABORDAGEM CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL E DECOLONIAL

Fouchard Louis

2 **39**

TRANSCENDÊNCIA DO PENSAMENTO AFRODIASPÓRICO PARA DESCOLONIZAR OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Sanel Charlotin

3 **55**

O ATLÂNTICO NEGRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: APROXIMAÇÕES SOBRE RAÇA E RACISMO, IDENTIDADE CULTURAL E DIÁSPORA AFRICANA

Gabriel Gonzaga

4 **82**

O RACISMO POR DENEGACÃO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Mayara Amaral de Andrade

5 **95**

DE MUCAMA À TRABALHADORA DOMÉSTICA PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO DE PAPÉIS SUBALTERNOS: SIMILARIDADES ENTRE BRASIL E ANGOLA

Alessandra Viviane Vasconcelos Bezerra

6 **120**

UM CAMINHO DESDE DURBAN: AS MULHERES AFROLATINOAMERICANAS E O DEBATE INTERNACIONAL SOBRE ANTIRRACISMO

Aisha Sayuri Agata da Rocha

7

148

O INTERNACIONALISMO DE CUBA EM ÁFRICA DESDE A LUTA ANTICOLONIAL: LAÇOS ATUAIS DE COOPERAÇÃO

Emanuely Gestal da Silva

PARTE II

CONEXÕES HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

8

167

PAN-AFRICANISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA HERANÇA A SER RETOMADA

Muryatan S. Barbosa

9

209

REDES E ALIANÇAS TRANSVERSAIS DE OPOSIÇÃO AO IMPÉRIO PORTUGUÊS: OS PRIMÓRDIOS DO MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICO, AS CRÔNICAS DO NOTÍCIAS DE LOURENÇO MARQUES NO PRACASHA DE GOA

Adelaide Vieira Machado

10

229

REPENSANDO OS ECOS DE BANDUNG: IMAGINAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Raissa Brescia dos Reis

Taciana Almeida Garrido de Resende

11

258

JOSÉ POMPILIO HORA E O “RACISMO NO ITAMARATY”

Petrônio Domingues

12

287

AQUELE QUE É DIGNO DE SER AMADO: SEXUALIDADES, IDENTIDADES E MOBILIDADES NA OBRA DE ABDELLAH TAIA

Manoel de Jesus Silva Neto

Matheus dos Santos da Silveira

13

303

QUE DESCONFORTO! MIGRAÇÃO, XENOFOBIA E RACISMO EM CENA

Laura Carla Franchi dos Santos

9

REDES E ALIANÇAS TRANSVERSAIS DE OPOSIÇÃO AO IMPÉRIO PORTUGUÊS: OS PRIMÓRDIOS DO MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICO, AS CRÓNICAS DO *NOTÍCIAS* DE LOURENÇO MARQUES NO *PRACASHA* DE GOA

*Adelaide Vieira Machado*¹

Na transição do século 19 para o 20, a ideia intelectual de democracia prendia-se em contexto internacional com o nascimento de várias correntes culturais e políticas que importa enquadrar no mundo global em que surgiram, isto é, no cruzamento de histórias entre povos, raças, classes, castas e géneros, que complexificam o simplismo das dicotomias entre oprimidos e opressores entre colonizados e colonizadores (COOPER, 2008: 21-73). Seria um erro de interpretação pensar que as teorizações criadas em torno do conceito de democracia se podem limitar ao ocidente e que o conceito não incorporou naquilo que é hoje, toda a história de revoluções, lutas de libertação e independências, no mundo dos impérios coloniais, e no mundo pós-colonial:

“The global disposition of democracy, as an affect or attitude of infinite inclusivity or as predicated the interconnection of self and the world, was intensified by an ethical turn in the transnational scene of early twentieth-century political thought, itself born of colonial encounter.” (GANDHI, 2014:1)

Na verdade, o próprio conceito de império, que no início do século 20 veio a ganhar a nomenclatura de *Novo Imperialismo* (HARVEY, 2004)

¹ Investigadora integrada do CHAM-Centro de Humanidades/NOVA FCSH. adelaidemachado@sapo.pt

ligado a regimes mais ou menos conservadores, autoritários com certeza e, às conhecidas evoluções fascistas e nazis; nasceu após a conferência de Berlim de 1884-5, devido ao interesse pela delimitação dos impérios coloniais pelas potências europeias, com ou sem passados coloniais, veja-se o caso da Alemanha. Estas ações foram provocando reações globais em cadeia, fazendo nascer um liberalismo democrático ou social-democracia que, no início do século 20, se centrou na questão social e em alianças intelectuais com os movimentos socialistas e comunistas. É em nome da compreensão deste contexto global, que não podemos esquecer o intercâmbio de mundivisões existentes num mundo colonial nos mais diversos graus e, por essa via, entender o contributo para a teorização da democracia que nasceu do processo das lutas por autonomia e libertação no seio dos vários impérios. A circulação das elites intelectuais das colónias vai criar uma dinâmica atualizada de transversalidades culturais e políticas que, como consequência das atitudes dos regimes autoritários, levará a proximidades de movimentos comuns compostos por antifascistas e anticolonialistas das várias latitudes, de que destacamos aqui como resultado o movimento de solidariedade Afro-asiática (PETERSSON, 2014). Esta dimensão da democracia intelectualizada e reflexiva sobre si mesma, enquanto espaço redentor capaz de libertar subalternos e reformar colonizadores, vai pautar o debate da época ao abrir para temas e soluções variados que a questão colonial e as minorias punham na agenda política do dia (GANDHI, 2014).

Naturalmente que o sujeito/cidadão imperial, tal como foi sendo definido e legislado nos vários espaços da colonização europeia, não tinha uma igualdade política em termos dos chamados direitos de cidadania. Este foi um dos pontos chave das insurgências, isto é, o

conhecimento perfeito das elites nativas intelectualizadas dos direitos e deveres da cidadania, individual e coletiva, deram-lhes a exata medida para que a comparação com a cidadania metropolitana acontecesse. Por outro lado, o cidadão metropolitano que levava boa parte do século 19 a lutar, sem sucesso, pelo direito ao sufrágio universal encontrava agora nos conceitos de minoria e subalternidades de gênero, raça e classe, outras fontes de inspiração e luta.

No mundo colonizado, a comparação entre os cidadãos e os súbditos imperiais levou à incorporação na luta dos segundos, do direito à cidadania plena, enquanto promessa de igualdade (JAYAL, 2013), fator de pertença e identidade, que moldaram os vários nacionalismos em oposição. Isto é, enquanto categoria política qual o grau de equilíbrio ou de justaposição permitidos, numa sociedade colonial, entre a cidadania e uma identidade nacional, mais, entre uma ideia de cidadania e uma identidade cultural? A novidade que o século 20 trazia, em resposta a um modelo autoritário, centralizador e expansionista de império colonial, era precisamente uma vontade enquanto possibilidade, da construção de unidades/igualdades políticas, no seio das diversidades culturais e das diferenças sociais. Este embate acabou por moldar a evolução da ideia de democracia, com um entendimento crescente de que só a sua prática podia promover a verdadeira cidadania, e o cidadão responsável.

A ideia de que a democracia política enquanto o direito de todos participarem na esfera pública, de elegerem os seus representantes, ou serem eleitos como tais, era um processo com várias etapas de educação para a cidadania, começava a ser questionada pelos vários quadrantes progressivos e progressistas, que temos vindo a definir, e que entendiam que só o alargamento universal da igualdade política poderia

garantir e revelar a vocação natural da democracia enquanto *praxis* cultural e política.

Tal como a ideia de democracia, a ideia de cidadania não é estanque, mas dinâmica, querendo dizer que os seus agentes e decisores foram-se alterando, bem como, o discurso que os definiu perante a narrativa que os contava. Depois da história dos reis e da história das civilizações, a história dos povos começava a ser escrita com toda a alteração de protagonismo que o homem-massificado, produto do coletivo, vinha trazer. A figura do intelectual dava a consistência necessária a estes cruzamentos culturais e políticos de histórias que se conectavam.

A globalização dos currículos académicos e da figura do estudante universitário foram criando redes alargadas de convívio intelectual, que se prolongavam para além da faculdade ou profissão porque promoviam encontro de ideias e a constituição de movimentos de cariz reformista em defesa de causas consideradas justas, lembrando aqui, como fundador, o exemplo do caso Dreyfus (MACHADO, 1999: 13-22).

Não será demais recordar que estes grupos intelectuais que se formaram na transição do século 19 para o 20 eram na sua constituição transversais à sociedade, isto é, acompanhavam o perfil alargado das principais forças políticas, liberais, socialistas e conservadores; e enquanto alguns mantinham a sua independência política (BENDA, 1927), outros funcionavam como ideólogos de serviço dos vários regimes² como consultores especializados, ou como militantes empenhados. Enquanto grupos, a imprensa periódica foi o seu meio de

² Recordamos a propósito a polémica nos EUA sobre o papel dos intelectuais enquanto especialistas contratados para influenciarem a opinião como previa Walter Lippman ou como militantes em defesa de causas perante a opinião pública como John Dewey defendia.

intervenção na realidade (GARMES, 2004), exprimindo através de um manifesto e dos seus desdobramentos do primeiro ao último número e, cujos agentes, enquanto elites intelectuais, não conheciam as fronteiras imperiais e permitiam relações transversais de apoios, oposições e resistências.

Quer a liberdade de escolha, quer a reciprocidade dessa troca estavam intrinsecamente comprometidas desde o início, no que dizia respeito aos impérios coloniais, motivando nessa medida oposições e resistências em redes intelectuais, que são as aqui nos importa evidenciar como o princípio do fim desses impérios.

A ideia de império colonial português, enquanto tal, nasceu como os restantes do interesse expansionista de todas as potências europeias que levou à criação de regras de ocupação do espaço geográfico colonizado (ALEXANDRE, 1993). A ocupação histórica que, juntamente com o fator tempo favoreciam os portugueses, foi na mencionada Conferência de Berlim substituída, definitivamente, pela obrigação em civilizar e promover o desenvolvimento económico dos espaços sob tutela colonialista. Pela pressão inglesa e alemã, a monarquia constitucional portuguesa perdeu grande parte do território africano, toda a faixa que unia Angola e Moçambique, colónias situadas a primeira na costa Atlântica a segunda no Índico.

Este acontecimento teve várias consequências políticas em Portugal, a primeira foi a nomeação de António Enes para o Ministério da Marinha e Ultramar, e com ele, as medidas legislativas que promoveu para assegurar a soberania portuguesa nas colónias numa perspetiva que se pretendia imperial (SILVA, 2000). As cartas orgânicas e as leis do indigenato daquela época marcaram uma viragem na colonização portuguesa que não agradou a todos, como veremos, mas que levou à

condecoração póstuma do ministro com a Ordem do Império Colonial criada, já durante a ditadura (1926-1974), em 1932.

Outra consequência a destacar foi a oposição criada pelos republicanos em nome da democracia liberal, com base na incompetência da monarquia em salvaguardar a soberania nacional nas colônias. O movimento republicano que se concretizou numa frente ampla, que juntou vários quadrantes políticos incluindo socialistas e anarquistas - o Partido Republicano Português - foi ganhando força e votos em nome da luta patriótica pela manutenção de território nacional contra a ofensiva inglesa e europeia pela disputa de influência e ocupação colonial. Em consequência, a revolução de 5 de outubro de 1910 que levou à mudança de regime em Portugal, foi bem-sucedida e a república foi implantada.

O regime republicano estabeleceu algumas mudanças estruturantes nas relações entre a metrópole e as colônias. Assumiu, pelo menos em teoria, perante as potências europeias, a missão civilizadora adotando uma política de assimilação nativa, ao mesmo tempo, que apostava na descentralização administrativa (SILVA, 2016: 323-364). Algumas correntes republicanas, que tinham eco e apoio nas elites coloniais nativas e europeias, eram defensoras de processos tendentes à autonomia completa das colônias, enquadrados ou não, numa ideia de império de províncias federado que faziam parte da idiossincrasia republicana, tal como a laicização da sociedade e a liberdade de consciência e culto. A legislação colonial que se seguiu, em sentido contrário do desejado, reforçou alianças transversais enquanto exemplo de uma cultura de oposição e resistência que aquelas medidas ditatoriais provocaram um pouco por todo o império.

O *Pracasha* de Goa iniciou a publicação em 1928 até 1937, e foi criado para combater a ditadura recém-instalada e tentar garantir a liberdade de consciência e culto que a República liberal democrática e a Constituição de 1911 asseguravam (MACHADO, 2021: 101-127). Esse caminho, do período entre guerras, em contexto mundial e local, em conexão com a luta pela independência da Índia do domínio inglês, acabou por criar uma cultura de oposição e resistência com ligações no resto do império. O jornal Notícias de Lourenço Marques iniciara a sua publicação pouco antes do golpe de 28 de maio de 1926, e era dirigido por republicanos e maçons de que destacamos Manuel Simões Vaz, que pedira passagem à reserva militar para se dedicar ao jornalismo. O percurso deste jornal, cujo título se mantém ainda hoje, não foi linear. Entre o noticioso e a opinião, viveu os tempos de ditadura e censura prévia dando notícia do aparato oficial imperial, ao mesmo tempo que ia fazendo sair crónicas e reflexões que acabariam por levar à prisão alguns dos seus jornalistas e correspondentes (IGLÉSIAS, 2008: 169-190).

Dentro das circunstâncias repressivas e persecutórias, o *Notícias* não poupou a ditadura denunciando a cada passo as suas intenções. A propósito do Manifesto divulgado referente ao partido único da ditadura “União Nacional”, a defesa da democracia surgiu inequivocamente contra o modo como a corrente fascizante e autoritária de Salazar pretendia governar o império.

“O ministro [Salazar] só compreende o governo da nação não por ela ou através da soberania popular, mas ainda mediante o poder e direito divino, com obediência inteira ao Pontífice, representante do Deus católico na Terra. A sua Constituição da nação não poderá ser, pois, democrática; e a função representativa é praticamente extinta porque o parlamento, eleito de resto de forma indireta, terá meros poderes de consulta, e não poderá

nunca afetar politicamente o Executivo, que viverá livremente em colaboração com o chefe de Estado, única pessoa de quem deve depender.”
(O Manifesto, *Notícias* de 7 de agosto de 1930)

A partir de 1928, a ditadura portuguesa começara a ser identificada com a figura de Salazar como ministro das finanças, e interinamente como ministro das colónias (1930), para em seguida assumir a presidência do Concelho de ministros (1933). Toda a legislação repressiva e censória foi acompanhada por uma tomada de consciência transversal ao império traduzida na concretização redes de oposição que foram alastrando, exercendo a sua crítica a vários níveis, que iam da oposição cívica e moderada apoiada pela produção escrita em jornais tolerados, embora vigiados pela censura prévia; à escrita e ações na clandestinidade. O jornal *Notícias* demonstrou nos seus primeiros anos a consciência do que se passava em termos da mudança do regime e das consequências que daí advinham para a liberdade de cada um. Num artigo intitulado *O Povo* afirmava-se a defesa da democracia e da soberania popular nascidas das revoluções do séc. XVIII a americana e a francesa, contra os ataques dos defensores da ditadura que acusavam a democracia de desgaste.

“Tal argumento tem de ser encarado ao menos à face da história e à da atualidade [...] diz-nos a história que os princípios políticos quase exclusivamente dominantes na humanidade têm sido os do despotismo, os da autocracia ou absolutismo. Desses é que com toda a propriedade se deveria dizer que estão gastos e tão gastos que têm sucessivamente vindo a ceder terreno ao governo do povo pelo povo, à democracia quando não pura ao menos representativa, alentada vivamente pela proclamação dos direitos do homem, e assente sobre os três grandes princípios da igualdade, liberdade e fraternidade.” (António Nápoles. *O Povo*. *Notícias*, 9 de agosto de 1930, p. 1)

A comunidade goesa em Moçambique era numerosa e socialmente diversificada, assim a participação na vida da colónia era antiga e ativa, bem como, a ligação a Goa, que se mantinha, quer pela facilidade de transito que o Índico permitia, quer pela manutenção das várias comunidades em associações próprias no território Moçambicano. Alguns dos goeses que migravam através do Índico eram quadros superiores da administração pública, enquanto outros eram comerciantes, e muitos eram trabalhadores e operários. A legislação da ditadura concretizada no Ato Colonial (1930) e todos os desdobramentos e consequências do espírito da lei, levaram à discriminação e segregação racial dos não europeus nos lugares público e exército, e às leis restritivas e persecutórias da Imprensa (MACHADO, 2020: 119-153).

Logo em outubro 1926 e contra a lei de Imprensa de João Belo vários jornais moçambicanos, incluindo o *Notícias* assinaram um protesto contra o que consideraram uma forma de acabar com a oposição através dos jornais, manifestando-se assim contra a censura prévia e as medidas repressivas contra jornais e jornalistas. Este fato foi publicitado em número único de jornal com o título *Imprensa de L.M.* A Divisa foi construída com um jogo de letras e palavras com os nomes dos oito jornais participantes e o termo **belo** que no caso refere ao ministro responsável pela lei.

“Nossa Divisa: O EMANCIPADOR, que não é um JORNAL DO COMÉRCIO num gesto de ACÇÃO NACIONAL e querendo demarcar a LUZ do SOL num caminho DIREITO de sensacionais NOTÍCIAS, ergue o seu BRADO AFRICANO e toma a liberdade de espetar afiadas e rijas AGULHAS E ALFINETES no almofadão mais belo dos batoques da atualidade.” (A Imprensa de L.M., número único de 10 de outubro de 1926, p.3)

Em Goa um movimento semelhante liderado, entre outros, por Menezes Bragança que desde o início se revelara contra o golpe de 28 de maio de 1926, combatendo ferozmente o Ato Colonial e tudo o que significava. Como símbolo de oposição e resistência à ditadura e pela sua defesa intransigente da democracia, o redator do *Pracasha* foi homenageado várias vezes em Lourenço Marques pela comunidade goesa e pelos jornalistas em geral. Uma mensagem publicada no jornal goês reunia as assinaturas de associações culturais, de defesa dos trabalhadores, de muçulmanos, de hindus ou católicos, todos partilhando da mesma admiração por alguém que defendia o fim do império, e do colonialismo.

“Embora tão longe, temos sempre acompanhado com grande interesse todas as manifestações do vosso talento, da vossa cultura e do vosso nobilíssimo caráter, enfim, tudo aquilo que a vossa pena fulgurante nos tem trazido – numa obra cultural admirável e profunda – da crítica superior e vibrante, a um tempo demolidora e construtiva, obra jornalística das mais nobres e fecundas, que afirma não só todas as vossas esplendidas faculdades espirituais, como também as excelsas qualidades morais – o amor, a verdade e a justiça.” (Um gesto digno. *Pracasha* de 24 de março de 1937)

Uma outra homenagem prestada ao redator principal do *Pracasha* foi prestada pelos jornais e jornalistas de Lourenço Marques, incluindo representantes de *O Brado Africano* e do *Notícias*, em cuja transcrição da narrativa do evento podia ler-se:

“Na sede da União Indiana, na Avenida 5 de Outubro, realizou-se ontem, pelas 20 horas, com uma grande assistência, em que predominava a juventude indiana, uma sessão de homenagem ao brilhante jornalista doutrinário Luís Meneses de Bragança, redator do jornal *Pracasha* [...] O sr. Pedro Filipe de Melo, organizador daquela homenagem convidou para presidir à sessão o sr. Thiers da Fonseca que foi secretariado pelos

representantes do Notícias e Brado Africano [...] fazendo o sr. Roberto Santimano uma interessante oração sobre a doutrina seguida pelo jornalista Menezes Bragança, de que muito tem aproveitado a nova geração indiana.” (Menezes Bragança: Notícias, Pracasha de 12 de fevereiro de 1936)³

Em artigo extraído do Notícias de Lourenço Marques, o *Pracasha* informou Goa do XVI aniversário da Associação de Mútuo Auxílio dos Operários Indianos, comemorado naquela cidade moçambicana. Numa altura em que as associações culturais e para-sindicais eram desencorajadas pelas leis da ditadura, esta comemoração era um ato de coragem bem como a participação noticiada de outras associações como o Instituto Goano, A Casa dos Trabalhadores Hindus, e com a presença ativa de jornalistas entre os oradores. De destacar, ainda, a atuação de uma cantora de Jazz, género musical pouco conotado, nos meios mais conservadores.

Para além de notícias e homenagens comentadas que demonstravam as circulações no Índico, também alguns artigos de fundo foram sendo publicados pelo *Pracasha* extraídos do Notícias. Destacamos aqui, como exemplo, um ensaio do colaborador goês daquele jornal, Manuel Colaço, sobre o problema da educação na Índia inglesa como uma educação colonial, e quais as consequências a retirar no que respeitava o nacionalismo indiano, com que o autor se identifica.

“A instrução é uma atividade do espírito e a formar de a ministrar precisa de corresponder de alguma maneira às necessidades inaptas do espírito. O processo pedagógico assenta na alma do povo, porque ela tem de falar [...] O sistema indiano é só indiano por eufemismo. É um sistema transplantado quase integralmente da Inglaterra para um clima tropical [...] Concebido em um tempo em que o imperialismo britânico tinha razão de ser, porque a

³ A referência geração nova é uma clara alusão ao nacionalismo goês e indiano.

Índia vivia num grande atraso intelectual, revelou, contudo, certa estreiteza de vistas em não reconhecer a incontestável grandeza da multiseccular cultura indiana. A Índia teve os seus centros de cultura, a sua técnica especial de ensino, as suas universidades, onde os indianos aprenderam alguns dos mais profundos mistérios da Natureza, quando a Europa estava ainda imersa na barbárie. Não se podia fazer tábua rasa duma tradição tão gloriosa, mas infelizmente foi o que se fez.” (Manuel Colaço, O problema da instrução na Índia, extraído do Notícias, *Pracasha* de 7 de abril de 1937, p. 2)

Esta perspetiva acerca da instrução como produção e produto de uma cultura e de uma história, ou de culturas e histórias que se cruzavam, obedecia a alguns pressupostos que teriam de garantir uma reciprocidade justa, ora o que acontecia nas relações coloniais era, sobretudo, uma imposição. Tal como afirmamos em cima, este é um período de reflexão sobre a ideia de democracia e a prática democrática, de cuja equação não se podia retirar a questão colonial, cuja ordem do dia era a luta de emancipação dos povos de forma transversal e transnacional.

“A instrução ocidental só serviu para despertar a consciência política e cívica do índio culto, levando-o a exigir a concessão de direitos e regalias políticas, vazados nos moldes ocidentais. E a cultura indiana fez, com o decorrer do tempo, os seus prosélitos [...] Qualquer sistema obedece sempre a um princípio ou a um ideal, mas a nossa forma universitária tem obedecido, em geral, nos últimos tempos às exigências do momento [...] O atual sistema, se tal se lhe pode chamar, não é hindu nem maometano, oriental ou ocidental, científico ou humanístico. É um tour de force, como forçosamente tem de ser um sistema puramente negativo que se baseia num acordo, numa transação.” (Manuel Colaço, O problema da instrução na Índia, extraído do Notícias, *Pracasha* de 7 de abril de 1937, p. 2)

O ponto fulcral do problema exposto, que ultrapassava largamente o espaço colonial da Índia inglesa e a própria questão da instrução,⁴ dividia-se em duas partes que se encontravam num objetivo comum. Por um lado, um processo de reforma que para resultar teria de ser liderado pelo povo colonizado implicando o fim da colonização, isto é, a mencionada fusão de culturas teria de ser uma ação global e de liderança, no caso, a indiana. O que conduz à segunda parte da questão de como lidar num período de transição com a diversidade que compunha a realidade, e de como tal, aceite como um facto, daria início ao tempo de os povos colonizados tomarem as decisões nas suas próprias mãos. O futuro seria a concretização destes processos de independências como caminho de redenção para colonizados e colonizadores.

“O sistema ideal seria, por exemplo, neste momento, para uma Universidade indiana, a síntese de culturas. Mas esta precisa de uma cultura básica, primária, capaz de assimilar as secundárias. A nossa cultura básica deriva do estrangeiro, e assimilar a cultura própria por intermédio do estrangeiro, seria assimilar o alimento próprio do estomago alheio. É como se em vez de fusão de culturas, tivermos uma confusão de culturas, sistemas e ideais de instrução [...] É talvez defeito típico dum sistema em transição num país em transição. E na instrução, como em quase tudo mais nesta hora incerta, o melhor remédio para os nossos males é olhar com confiança para o futuro.” (Manuel Colaço, O problema da instrução na Índia, extraído do Notícias, *Pracasha* de 7 de Abril de 1937, p.2)

A existência de redes de oposição e resistência formais ou informais no império colonial português, era uma realidade de que daremos como um exemplo uma notícia publicada no *Pracasha* (O Anglo-Lusitano, *Pracasha* de 26 de agosto de 1936, p. 3)

⁴ Basta analisar aqui a história deste artigo: escrito por um goês em língua portuguesa, sobre a Índia inglesa, publicado num jornal de Moçambique e extraído e republicado em Goa.

que divulga a homenagem prestada em Lourenço Marques por alguns dos principais jornais moçambicanos, *O Jornal*, *Moçambique*, *Voz Africana da Beira*, *O Brado Africano*, *O Oriente*, e que foi presidida pelo representante do *Notícias*, às Bodas de ouro do jornal goês bilingue *O Anglo-Lusitano* publicado em Bombaim. O discurso do jornalista do *Notícias* lembrava o fundador Leandro Mascarenhas já falecido e elogiava o percurso do jornal que “a tudo resistiu” sem desistir sofrendo, mas lutando sempre”. Passado pouco tempo, *O Anglo-Lusitano* foi proibido de circular em Goa por ordem do Governador, Craveiro Lopes, por conter notícias que seriam barradas pela censura na Índia portuguesa e ao abrigo do artigo 31 do Ato Colonial, acontecimento devidamente publicitado no *Pracasha*, (*O Anglo-Lusitano*, *Pracasha* de 4 de novembro de 1936, p. 4) e criticamente comentado em editorial de 16 do mesmo mês (Lucifer (Menezes Bragança), *Ecos de toda a parte: Uma revelação*, *Pracasha* de 16 de novembro de 1936).

As ligações solidárias afro-asiáticas enquadravam-se na luta anticolonial que no período entre guerras conheceu vários desenvolvimentos, bem documentados no *Pracasha*, quer na dinâmica imperial devido ao sobretudo ao Ato Colonial constitucionalizado a partir de 1933, e à consequente racialização das leis; quer na dinâmica internacional.

Menezes Bragança não se conteve, após ter lido um artigo saído no *União* (1933-1958) de Lourenço Marques, jornal apoiante da ditadura e colonialismo portugueses, órgão do partido único União Nacional, onde se podia ler a propósito de uma visita organizada de alunos coloniais africanos à metrópole, que a mentalidade dos jovens africanos era muito diferente da europeia. Dizia o colono do *União* referindo essa juventude:

“Exprime-se (às vezes mal) em português; mas falta-lhe, em muitas coisas, a qualidade que as duas línguas peninsulares chamam ‘castiça’ e que a nossa, tão pura e antiga classifica com o nobre adjetivo de vernácula [...] Não considerando já os africanos, os indianos e os mestiços em quem pesam irredutíveis atavismos de raça, os jovens europeus sofrem aqui influências e contágios, que nos abstermos de chamar maus ou excelentes, mas que atuam, como é sabido, num sentido geral de desenraizamentos.” (Lucifer (Menezes Bragança), Ecos de toda a parte: Contágios, *Pracasha* de 23 de junho de 1937)

O redator do *Pracasha* começava por explicar apelando para a cultura enquanto comportamento ensinado que qualquer filho de portugueses nascido e criado na Escandinávia, terá uma mentalidade diferente de um nascido na Serra da Estrela. Partia depois para o calão e os pontapés na gramática de muitos jornais portugueses para chegar finalmente ao verdadeiro ponto de exclusão, a questão étnica e racial com consequências políticas e culturais imediatas.

“Mas!? Poderá a *União*, nesta altura das ciências etnológicas dizer que sobre o metropolitano pesa apenas o atavismo do *Homus nordicus*? Poderá reivindicar a plenitude dessa ascendência, apagando o *Homus mediterranicus*, com os irredutíveis atavismos do fenício, do núbio, do *fellah*, do árabe, do judeu, do berbere e, mais recentemente do negro. [...] Querem isolar o metropolitano, apartá-lo do contágio do africano, do indiano e do mestiço? [...] Afinal falou verdade. É o que se está a ver. A *União* encarou a questão num plano. Em plano amplo, pô-la a lei orgânica [...]. O que há é – brancos e pretos. Portugueses brancos e portugueses de cor, em face da lei, e não simplesmente à luz da etnografia.” (Lucifer (Menezes Bragança), Ecos de toda a parte: Contágios, *Pracasha* de 23 de junho de 1937)

Quanto ao plano internacional, é de referir a Liga Anti-imperialista criada na Europa por oponentes às políticas coloniais imperialistas, que tinham reforçado entendimentos e alianças entre as potências

européias após a paz de Versalhes. Esta Liga veio permitir o debate e a concretização de contatos organizados de solidariedade Afro-asiática, cujo andamento foi bem documentado no jornal *goês*.

“A agência Anko continua a fornecer interessantes informações sobre a vida dos países coloniais da Ásia e África, que merecem tão pouco interesse às grandes agências de informação que estão ao serviço do imperialismo e fazem propositadamente o mais completo silêncio em volta de acontecimentos importantes que lançam uma luz clara sobre a verdadeira natureza do colonialismo.” (Pela África: Opressão imperialista. *Pracasha* de 27 de março de 1929, p. 3)

A Liga tinha organizado a sua primeira conferência em 1927 para celebrar a sua fundação, O *First International Congress against Imperialism and Colonialism*, em Bruxelas. A conferência e as ramificações que dela saíram foram-se concretizando em várias Associações e Comitês em defesa das minorias contra as políticas colonizadoras, e fazem parte da narrativa histórica do anticolonialismo entre as duas guerras. Podemos nomear algumas, A Liga em defesa da raça negra, A Liga para a independência da Índia ou o Sindicato dos trabalhadores negros. Esta constelações associativas constituídas por elites intelectuais coloniais ou trabalhadores migrantes, permaneceram ligadas à Liga Anti-imperialista, ao mesmo tempo que articulavam as suas próprias agendas baseadas em diferentes interpretações do mundo (LUMUMBA, 2015: 2-11).

O *Pracasha* divulgou nas suas páginas, os vários encontros da Liga apostado na sua filosofia de defesa e libertação dos povos colonizados.

“No dia 21 de julho em Frankfurt, na Alemanha, abriu o 2º Congresso Mundial da Liga Anti-imperialista. Centenas de delegados vindos de diferentes partes do globo [...] O Congresso Anti-imperialista funcionou

durante uma semana [...] O Congresso apelou para as “raças oprimidas das colónias” para lutarem contra o imperialismo. O delegado do Congresso Nacional Indiano, sr. Xivaprasad Gupta, declarou que a resolução de Calcutá significava o recurso à ação direta se o Dominion Status não fosse concedido à Índia no presente ano. As palavras do principal delegado indiano impressionaram o auditório pela afirmação que elas exprimiam por parte do movimento nacionalista da Índia.” (Liga Anti-imperialista. *Pracasha* de 7 de agosto de 1929, p. 4)

Nehru foi um dos promotores da Liga, e um defensor da solidariedade afro-asiática desde o primeiro momento. A sua posição política é assumida no contexto da Liga como uma luta em duas frentes, contra o imperialismo económico a favor do trabalho; e contra o colonialismo em todas as suas formas de opressão, culturais e políticas, apontando como única solução a libertação dos povos colonizados através da sua independência enquanto nações. Em termos globais, para Nehru e em acordo com a linha editorial do *Pracasha*, a Liga traduzia um espírito aglutinador em torno dos oprimidos de todo o mundo, pela igualdade social enquanto motor da democracia e da cidadania plena e participativa. O jornal dava mais uma vez voz ao leader indiano no enquadramento da Liga Anti-imperialista.

“Prefaciando uma brochura da autoria do sr. Schmidt, Pandit Jawaharial Nehru explica o verdadeiro caráter da Liga Anti-imperialista. A falta e espaço não nos permite dar na íntegra o prefácio de J Nehru que valia a pena ser conhecido. “Tenho o privilégio de estar associado à Liga desde a sua fundação em Bruxelas no Congresso aí reunido em fevereiro de 1927. Acolhi com entusiasmo a sua formação porque senti que ela vinha oferecer uma plataforma comum para os dois grandes movimentos de revolta contra as presentes condições do mundo – a luta do Trabalho contra a cidadela do Capital e os movimentos nacionalistas contra as dominações estrangeiras [...] A Liga anti-imperialista oferece uma plataforma comum para ambas as

ideias – a independência nacional e a igualdade social – e todos aqueles que comungam neles devem acolhê-la com entusiasmo participando no seu trabalho.” (Liga Anti-imperialista. *Pracasha* de 4 de setembro de 1929, p. 1)

O avanço do fascismo e nazismo fez a sede da Liga mudar de Berlim onde estava inicialmente, para Paris, e finalmente para Londres. O recrudescimento dos problemas que conduziram à segunda guerra levaram ao fim da Liga, em 1937. Ainda em 1936 os Anti-imperialistas eram lembrados no *Pracasha* no artigo assinado Lilananda: “São os Anti-imperialistas afirmando o direito de cada raça e cada nação a dispor de si própria i. e. a dispor do torrão onde nasceu e a desenvolver-se segundo uma linha que lhe é própria sem intervenções estranhas de domínio, e sobretudo de domínio militar o mais absurdo de todos.” (Para a Paz? *Pracasha* de 4 de março de 1936)

Após a segunda guerra, a movimentação continuou agora com novos problemas apresentando situações de pós-colonialismo, que trouxeram novos desafios, lembramos o 5º Congresso Pan-Africano em Inglaterra em 1945, e o Congresso dos povos euro-afro-asiáticos em França em 1948. Nova Deli e Bandung em 1955 (STOLTE, 2016) marcaram o culminar de um processo de cooperação Afro-asiática, com muitos caminhos que importa ainda levantar no que diz respeito ao império português, e à interação das várias redes de oposição e resistência que desencadearam vários debates, em torno da ideia de democracia, com importância reconhecida para a compreensão do mundo pós-colonial.

BIBLIOGRAFIA

A Imprensa de L.M., número único de 10 de outubro de 1926, p.3

Alexandre, Valentim. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo, *Análise Social* vol. XXVIII (123-124), 1993 (4.º-5.º), pp. 1117-1136

Assie-Lumumba, N'Dri Therese. Behind and beyond Bandung: historical and forward-looking reflections on south-south cooperation. **Bandung: Journal of the Global South** (2015) 2:11

Benda, Julien. **La Trahison des clercs**, Paris: Bernard Grasset, 1927

Colaço, Manuel. O problema da instrução na Índia, extraído do Notícias, **Pracasha** de 7 de abril de 1937, p. 2

Cooper, Frederick. "Conflito e Conexão: Repensando a História Colonial da África." **Anos 90**, July, 15(27): 21-73. Porto Alegre, 2008

Gandhi, Leela. "**The Common cause: post-colonial ethics and the practice of democracy, 1900-1955**", University of Chicago, Permanent Black, 2014, p. 1

Garmes, Helder. **Oriente, engenho e arte: Imprensa e literatura de língua portuguesa em Goa, Macau e Timor-Leste**, São Paulo, Alameda, 2004

Harvey, David. O 'Novo' Imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, 2: 95-125, 2004

Iglésias, Olga. **O Movimento Associativo Africano em Moçambique**: tradição e luta. Dissertação de Doutorado, FCSH, 2008, pp. 169-190

Jayal, Niraja Gopal. **Citizenship and Its Discontents: An Indian History**, Harvard Press University, 2013

Liga Anti-imperialista. **Pracasha** de 4 de setembro de 1929, p. 1

Liga Anti-imperialista. **Pracasha** de 7 de agosto de 1929, p. 4

Lucifer (Menezes Bragança). Ecos de toda a parte: Contágios, **Pracasha** de 23 de junho de 1937

Lucifer (Menezes Bragança). Ecos de toda a parte: Contágios, **Pracasha** de 23 de junho de 1937

Lucifer (Menezes Bragança). Ecos de toda a parte: Uma revelação, **Pracasha** de 16 de novembro de 1936

Machado, Adelaide Vieira. "The Intellectual Biography of Pracasha (1928-1937) as a Contribution to the Cultural Study of Democratic Thought in Goa" (2021). **e-Journal of Portuguese History**, pp. 101-127. Brown Digital Repository. Brown University Library

Machado, Adelaide Vieira. A Goan Reading of the Cultural Impact of the Colonial Act: Introducing Intellectuals and Periodic Press Through the Anglo-Lusitano of July 7, 1934. **Revista de História das Ideias** Vol. 38. 2ª Série (2020) 119-153

Machado, Adelaide Vieira. O Caso Zola-Dreyfus e os intelectuais europeus na viragem do século, Lisboa: **Cadernos Cultura**, 2, 1999, pp. 13-22

Menezes Bragança: Notícias, **Pracasha** de 12 de fevereiro de 1936

Nápoles, António. **O Povo**. Notícias, 9 de agosto de 1930, p. 1

O Anglo-Lusitano, **Pracasha** de 26 de agosto de 1936, p. 3

O Anglo-Lusitano, **Pracasha** de 4 de novembro de 1936, p. 4

O Manifesto, **Notícias** de 7 de agosto de 1930

Para a Paz? **Pracasha** de 4 de março de 1936

Pela África: Opressão imperialista. **Pracasha** de 27 de março de 1929, p. 3

Petersson, Fredrik. **Prelude to Bandung**: The interwar Origins of Anti-Colonialism. in Imperial & Global Forum, Centre for Imperial and Global History Blog, History Department, University of Exeter, published 20.10. 2014

<https://imperialglobalexeter.com/2014/10/20/prelude-to-bandung-the-interwar-origins-of-anti-colonialism>

Silva, Cristina Nogueira da. Assimilação, assimilacionismo e assimilados no império português do século XX: uma relação equivocada, in **O Governo dos Outros: Poder e Diferença no Império Português**, ICS, 2016, pp. 323-364

Silva, Cristina Nogueira da. **Constitucionalismo e império**: a cidadania no ultramar português. Coimbra: Almedina, 200

Um gesto digno, **Pracasha** de 24 de março de 1937

Stolte, Carolien. The 'Other' Bandung. In **Afro-Asian Visions**, May 25, 2016